



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br

CUT BRASIL

CONTRAF

**SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

f /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XIV nº 4445 – 02 de outubro de 2012

Convenção Coletiva é assinada hoje

O Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban se reúnem hoje (02/10), às 17h, em São Paulo, para assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013.

Após a formalização do acordo, que foi aprovado pelas assembleias em todo o país, os bancários recebem, em até dez dias, a antecipação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Ainda neste mês serão pagos os reajustes salariais, dos vales alimentação, refeição e do auxílio-creche/babá, referentes ao mês de setembro, data base da categoria.

Os resultados mostram que a ampla mobilização dos trabalhadores foi válida. Além das cláusulas econômicas, como o aumento real, valorização do piso e PLR maior, a categoria conseguiu êxito em áreas que as organizações financeiras faziam questão de se esquivar, como segurança, igualdades de oportunidades e saúde.



DESCONTO ASSISTENCIAL

O desconto assistencial é uma das verbas que ajudam a sustentar a estrutura da entidade sindical e serve para custear as despesas específicas com as campanhas salariais realizadas anualmente.

Neste ano foi aprovado em assembleia o percentual de 0,5% sobre todas as verbas salariais reajustadas. O prazo para a oposição do desconto é de 10 dias a contar da assinatura do acordo, tendo início hoje (02/10) até o dia 11/10, através de carta individual, protocolada na Sede do Sindicato, das 09 às 18 horas.

Os terceirizados terão de ser substituídos

Cerco fechado para as empresas estatais que abusam da terceirização. O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que as instituições públicas têm até o dia 30 de novembro para apresentar um plano de substituição dos terceirizados que exerçam atividades-fim, ou seja, aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa.

O documento deve conter quais são as atividades consideradas finalísticas (operações realizadas de modo contínuo e se destinam à prestação de serviços públicos). Além disso, tem de informar como será a saída gradual de terceirizados e a admissão de concursados até 2016, quando termina o prazo de implementação do plano.

Se houver descumprimento da regra, que é uma reedição de um acórdão do tribunal em 2010, cabe multa de até R\$ 30 mil.



Ministério da Justiça e BC criam grupo técnico para coibir abusos em tarifas bancárias

Em nova investida contra o alto custo dos empréstimos e serviços prestados por instituições financeiras para os consumidores no Brasil, o Governo Federal deu ontem mais um passo para monitorar com lupa as tarifas bancárias e detalhar esses custos. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça e o Banco Central anunciaram a criação de um grupo com técnicos dos dois órgãos para diagnosticar irregularidades na cobrança dessas taxas e coibir excessos. O Ministério da Justiça considera que hoje, o formato que as tarifas são apresentadas ao consumidor no sítio do BC (taxas mínimas e máximas), impede a comparação com as tarifas de outras instituições e faz com que os brasileiros não saibam ao certo o que pagam.



A Senacon quer que o consumidor tenha instrumentos para fazer essa comparação. A decisão foi tomada em uma reunião entre representantes da secretaria e da autoridade monetária. Decidir quais mecanismos serão usados para monitorar essas taxas e o custo financeiro é uma nova etapa de um termo da cooperação entre os dois órgãos.

O anúncio veio após a decisão do Governo de usar novamente os bancos públicos para forçar o setor financeiro a diminuir custos para os clientes. O foco da nova investida é justamente a tarifa bancária. O Banco do Brasil e a Caixa devem anunciar em outubro um corte nas taxas cobradas pelos serviços. O Banco Central não tabela essas tarifas. Por isso, há uma grande diferença entre o que é cobrado pelas instituições públicas e pelas privadas.

Para fazer um cadastro e iniciar um relacionamento, os correntistas pagam, em média, R\$ 31,67 em bancos públicos. Já nos privados, a taxa é de R\$ 371,44. Em alguns casos, essa tarifa pode chegar a R\$ 5 mil, segundo dados do BC. O Governo prepara uma investida contra o custo financeiro, o juro que ninguém vê, embutido em "prestações sem juros", não apenas em instituições financeiras, mas no varejo.

Uma das propostas do Governo é obrigar os lojistas a mostrarem o chamado custo efetivo total (CET), todas as taxas embutidas nos parcelamentos, mesmo aqueles anunciados como sem juros. Além disso, os consumidores precisam saber qual será o desconto à vista.